

ENTRE A DESCRENÇA E A BUSCA

DE ALTERNATIVAS: DESAFIOS

DA INTER-RELAÇÃO ENTRE ÉTICA

E POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE*

DOI 10.18224/frag.v28i1.6348

MAGALI DO NASCIMENTO CUNHA
IVONI RICHTER REIMER

A estreita relação entre política e ética é o objeto deste volume temático de *Fragmentos de Cultura*. Trata-se de uma contribuição para a busca de respostas ao desafio imposto, no tempo presente, pelas movimentações que agitam os contextos políticos no mundo e no Brasil.

Tanto a ética quanto a política são temas que têm espaço garantido no pensamento filosófico e sociológico em diferentes escolas e épocas. Eles permanecem como preocupação de reflexão e estudo na contemporaneidade, pois não há como pensar a vida dos coletivos sem ética e sem organização política.

Com a ética, temos os valores que dirigem a conduta humana do ponto de vista individual e social, na forma de parâmetros para julgar aquelas atitudes e posturas que beneficiam ou que prejudicam a vida humana em uma dada coletividade. Com a política, baseamo-nos nos procedimentos para a convivência coletiva, que envolvem organização, direção e administração da vida coletiva, motivo pelo qual existem os governos e a prática da autoridade.

Nesse sentido, ética e política devem se inter-relacionar em nome do bem viver de todas pessoas e seu ambiente. Para se organizar, dirigir e administrar, governar e praticar autoridade sobre coletivos, considerando-se as escolhas e decisões que devem ser assumidas e tomadas, é preciso atuar por meio de parâmetros que levem em conta os benefícios e os prejuízos para as vidas humanas envolvidas, bem como do ambiente.

Esta relação entre ética e política adquiriu formas bem distintas ao longo da história da humanidade, passando por convergências e divergências entre ambas. Na concepção política grega, com Platão e Aristóteles, enxergava-se ética e política como elementos indissociáveis. A visão de felicidade e realização humanas estava na vida coletiva, na vida da *polis*.

* Recebido em: 22.03.2018. Aprovado em: 05.04.2018.

** Pós-Doutora em Comunicação e Política (UFBA). Doutora em Ciências da Comunicação (USP).
E-mail: magali.ncunha@gmail.com

*** Pós-Doutora em Ciências Humanas (UFSC). Doutora em Filosofia/Teologia (Universität Kassel). Docente na PUC Goiás. *E-mail:* ivonirr@gmail.com

O cidadão (!) é reconhecido como tal a partir de sua inserção nessa *polis* (comunidade política) (PLATÃO, 2006; ARISTÓTELES, 2002).

O questionamento desta lógica (utópica) grega é feito por Nicolau Maquiavel (1999), cuja obra é referência fundamental na ciência política. Ele afirma que política tem uma lógica própria e razões nem sempre correlatas aos princípios da tradição. Nesse sentido e seguindo esse raciocínio, Diniz (1999, p. 61) afirma que o dever (a ética) e aquilo que é (a realidade) estão distantes: “a ótica do indivíduo e a ótica do Estado são distintas e que nem sempre o que é bom para o indivíduo é igualmente adequado para o Estado. Trata-se de dois sistemas de juízos não necessariamente coincidentes”.

A modernidade, com o liberalismo, passou a consagrar esta dissociação entre ética e política indicada por Maquiavel, com a ênfase no individualismo e o enfraquecimento do pensamento grego de que a liberdade situa-se, sobretudo, na esfera política (ARENDRT, 1981). A Revolução Francesa, com os ideais humanistas da igualdade, da liberdade e da fraternidade se esforçou na busca pelo retorno desta tradição de pensamento, o que contribuiu na redação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (uma perspectiva liberal, mas que busca equilibrar os ideais de cidadania localizados nos coletivos), que mais tarde deu vida à Declaração Universal dos Direitos Humanos e a busca por ações políticas baseadas em parâmetros da justiça (PANSARELLI, 2009; FELÍCIO, 2011).

Ao longo da história mais recente, abuso de poder, corrupção entre governantes e violações de direitos civis são práticas constantes e generalizadas identificadas na política, as quais jogam por terra qualquer relação com a ética. Estas práticas têm promovido crise de credibilidade nos processos políticos e muita desesperança entre populações que não veem na política uma ação coletiva que possibilite vida plena.

No entanto, o anseio dos ideais gregos soma-se hoje a projetos coletivos dos antigos ameríndios e de outros povos e culturas tradicionais do mundo, como os *ubuntu*, na África do Sul, que baseavam a noção de um bom governo no “bem viver” (ACOSTA, 2016). Nessa noção, há um rompimento com as bases liberais de progresso e desenvolvimento, que estão assentadas na acumulação de bens e de capital e na exploração predatória dos recursos naturais para se construir novas realidades políticas, econômicas e sociais. A ética da política do bem viver não é mais uma alternativa de desenvolvimento; é uma alternativa a esse mesmo, com a construção de modos de vida baseados nos direitos humanos, nos direitos da natureza e no respeito à diversidade cultural. No contexto do Brasil e de outros países sulamericanos, em maio de 2012 foi realizado um Seminário promovido pelo Conselho de Missão entre Indígenas (COMIN), em parceria com as Faculdades EST e a Fundação Luterana de Diaconia, cujo tema “Bem Viver na Criação” resultou em livro publicado, como expressão dessa diversidade e da busca por fontes e heranças outras e dialógicas que contemplem e vivam essa ética da política do bem viver (MARKUS; GIERUS, 2013).

As religiões e suas linguagens religiosas são questionadas no que contribuem ou não para esse bem viver na inter-relação político-cultural, no intuito de cuidar da vida em contextos complexos e muitas vezes ambíguos de crises globais nas relações humanas e ambientais: uma ética da política ou uma espiritualidade do cuidado da vida num processo de construção de bem viver será capaz de “perceber as inter-relações da vida humana com suas dimensões políticas, econômicas, sociais, ecológicas” (RICHTER REIMER, 2013, p. 31). A ética da política haverá de fazer esforços de diálogo e de busca por modelos de desenvolvimento que sejam ambientalmente sustentáveis e socialmente inclusivos.

No contexto dos ‘climas’ contemporâneos, que transitam entre a descrença e a busca de alternativas, a esfera política tem sido mais intensamente ocupada por lideranças, partidos e movimentos conservadores e ultraconservadores, que não cogitam entrar ou estar em sintonia com a ética política desse bem viver. A eleição de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos, em 2016, os pleitos polarizados, nos últimos anos, na Europa (caso de França e Itália) e na América Latina e o controverso processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, no Brasil, em 2016, e suas consequências, são eventos que tensionam o cenário político contemporâneo.

Como parte desses processos em curso, encontra-se a circulação de informações e de campanhas políticas (boa parte por meio das mídias digitais), construída com base em boatos, calúnias e falsidades, o que vem sendo denominado em alguns círculos como o fenômeno da ‘pós-verdade’.

Ao mesmo tempo, movimentos populares, entre eles os de minorias sociais, buscam reformular-se e atuar em reação a essa revitalização conservadora. Gênero e raça/etnia são temas que ganham força nestas ações, e os embates se intensificam, muitas vezes com base em preconceitos. É neste contexto que os grupos religiosos também se tornam cada vez mais protagonistas nestes processos, seja para travar os avanços alcançados pelos movimentos sociais, seja para estarem nos campos de disputa para garantia de direitos conquistados (CUNHA, 2017).

Esta é parte da moldura, com várias interfaces, que os artigos deste dossiê são aqui apresentados. Eles visam contribuir com perspectivas epistemológicas, hermenêuticas e pragmáticas, no sentido de reflexão, (auto) crítica e desafios na compreensão de tempos atuais de crises locais e globais, específicas no campo da política e da ética, conectadas também com o fenômeno religioso.

Assim, abrimos o dossiê temático com o artigo de Maria Silveira Souza e Douglas Ferreira Barros, “A noção de soberania, segundo a interpretação contemporânea da Teologia Política”. A contribuição é analisar e comparar teorias políticas de Schmitt e de Hobbes com base nos conceitos centrais de Estado civil e soberania, Estado de exceção e teologia política. A relação entre política e religião, dentro do atual cenário brasileiro, é tematizada no artigo “Sobre os limites entre a Religião e a Política: contributos de John Locke para se pensar o presente”, de Alan Santana Rauschkolb e José Reinaldo Felipe Martins Filho. Tendo em vista a (in)tolerância religiosa, destacam a relação entre religião e política em suas funções social e individual, na construção dialógica frente às diferenças. Na diversidade política e religiosa da atualidade, desponta outro ‘concorrente’ entrincheirado nas várias frentes, qual seja, o consumo: Tiago Meireles, Fernando Lobo Lemes e José Roberto Bonome, no artigo “Consumo e religião no mundo moderno: prazer, precariedade e transcendência”, verificam correspondências e afinidades entre a esfera do consumo e a dinâmica religiosa, tendo como campo religioso o movimento Nova Era e Neopentecostal.

Religião e política, em perspectiva cultural e do imaginário nacional(ista), também são pinceladas no artigo “Cultura, religión y estado: el imaginário pátrio de la República Dominicana y el lenguaje religioso”, de Belkys Julissa Moya Bastardo. A proposta é perceber cultural e historicamente os símbolos nacionais em sua linguagem político-religiosa e geradora de imaginário como pertinentes à construção da identidade nacional do povo dominicano.

Apresentação e análise de imagens e (re)construção de representações sociais nos jogos de poder no Brasil atual também é objeto e tema do artigo “Acreção simbólica: uma ana-

lítica sobre imagens e representações sociais”, de Itamar Pires Ribeiro e Rosa Maria Berardo. Este neologismo trata de uma categoria para observar e analisar fenômenos político-sociais que, numa rede de micro poderes, reproduzem percepções e posturas conservadoras dentro de um contexto político que retinha, no (in)consciente coletivo, hostilidades em relação ao exercício de poder, representado pelo governo petista, e que passou a se expressar forte e publicamente por meio de imagens nas mais diversas mídias.

Crises, conflitos de poder e buscas por suas superações fazem parte da história, o que também se reflete na literatura universal. É assim que Francisco Alison Ramos da Silva e Francisco Jacson Martins Vieira nos apresentam “Lisístrata, Praxágora e outras mulheres de Aristófanes: uma questão política, literária e atual”. O poeta interpretava seu contexto por meio de comédias e, em obras aqui apresentadas, discute assuntos políticos e ético-culturais a partir de questões de gênero, colocando mulheres como protagonistas e, com isso, extrapolando os limites de seu próprio tempo. Se as relações de gênero são relações de poder exercidas ou interdidas na política, isto repercute diretamente na educação e na sexualidade. Estas relações também são apresentadas como “Desafios da Educação nas questões de gênero e sexualidade em tempos de crise” por Ana Luísa Alves Cordeiro, Maria José de Jesus Alves Cordeiro e Márcia Maria de Medeiros, a partir do atual contexto político. Afirmam que, além das dimensões políticas e econômicas em nível nacional e internacional, o processo de *impeachment* da presidente Dilma está caracterizado por delineamentos machistas, racistas e heteronormativos. Suas implicações conservadoras repercutem em políticas educacionais, especificamente nas questões de gênero, marcando um retrocesso na história dos movimentos sociais e políticos.

A história dos movimentos libertários está perpassada com a luta pelos Direitos Humanos (DDHH), como uma das expressões de reivindicações por ética também na política. Por sua relevância no conjunto de valores éticos no devir histórico, apresentamos, para fechar este dossiê, o artigo de Janilce Silva Praseres e Marcelo Ramos Saldanha, intitulado “Uma breve análise acerca dos Direitos Humanos a partir da crítica de Hannah Arendt”. Nele, destacam os DDHH como baluartes de proteção da dignidade humana e como mecanismo para impedir que os seres humanos sejam reduzidos a objetos, perdendo direitos básicos, sociais e políticos conquistados.

Finalizando a apresentação deste dossiê, destacamos que ética e política - ou política ética, ou ainda ética política e ética na política - são importantes e quiçás imprescindíveis na organização da vida do indivíduo e da vida das coletividades em suas realidades socioculturais e econômicas. Da mesma forma, uma importante função dos DDHH é a resistência aos poderes abusivos, a discriminações, injustiças e violências de quaisquer espécies. Neste sentido, no campo da política e da religião, a ética e os DDHH haverão de continuar “servindo de instrumento contra as máscaras pseudodemocráticas que inventamos, sob a forma de discursos e/ou instituições. Eles são a bandeira ideológica insuperável de nosso tempo” (SOARES *apud* FELÍCIO, 2011, p. 24).

Partilhamos com vocês estes artigos, frutos de muito trabalho. Agradecemos a cada qual que dele participou: autoras e autores, pareceristas, equipe editorial e técnica e você, que agora nos lê. Desejamos boas e proveitosas leituras!

Referências

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: Salamandra, 1981.
- ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CUNHA, Magali do Nascimento. Construções imaginárias sobre a categoria “gênero” no contexto do conservadorismo político religioso no Brasil dos anos 2010. *Perspectiva Teológica*, v. 49, n. 2, p. 253-276, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/download/3752/3816>. Acesso em: 5 mar 2018.
- DINIZ, Eli. Ética e Política. *Revista de Economia Contemporânea*, n. 5, p. 57-70, jan./jun. 1999. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%203/REC_3.1_03_Etica_e_politica.pdf. Acesso em: 5 mar 2018.
- FELÍCIO, Carmelita Brito de Freitas. Direitos Humanos: função histórica das *Declarações* e problematização filosófica. In: RICHTER REIMER, Ivoni (Org.). *Direitos Humanos: enfoques bíblicos, teológicos e filosóficos*. São Leopoldo: Oikos; Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p. 11-26.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MARKUS, Cledes; GIERUS, Renate (Orgs.). *O Bem Viver na Criação*. São Leopoldo: Oikos, 2013.
- PANSARELLI, Daniel. Para uma história da relação ética-política. *Múltiplas Leituras*, v. 2, n. 2, p. 9-24, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/1264>. Acesso em: 5 mar 2018.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- RICHTER REIMER, Ivoni. Um Bem-Viver-Bem-Querere-Bem na espiritualidade judaico-cristã: reflexões bíblico-teológicas no caminho. In: MARKUS, Cledes; GIERUS, Renate (Orgs.). *O Bem Viver na Criação*. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 19-38.